



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140907 - SP (2021/0003074-7)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : ALAN ANACLETO BATISTA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RAFAEL LAVIERI GONÇALVES - SP405568  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALAN ANACLETO BATISTA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2211943-98.2020.8.26.0000).

O recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática das condutas típicas previstas no art. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta que estão ausentes os requisitos da prisão preventiva, bem como aponta a ilicitude das provas obtidas quando da prisão. Afirma que o paciente é primário, possui bons antecedentes, tem residência fixa e ocupação lícita. Aduz, ainda, a necessidade de se colocar o paciente em liberdade, em virtude da pandemia do coronavírus, consoante termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer a concessão da ordem liminarmente, com a imediata soltura do paciente, ante a existência de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, determinando a imediata liberdade provisória, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP), com a imediata expedição de alvará de soltura em favor do recorrente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente